

GUILHERME ANTONIO JANUTHE TAVARES

“A FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO ESPECIAL, FRENTE AO
DESAFIO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA”

Rio de Janeiro

2002

"A FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO ESPECIAL, FRENTE AO
DESAFIO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA"

GUILHERME ANTONIO JANUTHE TAVARES

Monografia apresentada à Escola de
Educação da UNIRIO para obtenção
do grau de licenciatura em Pedagogia.

Professora Orientadora: Liana R. T. de Ocampo

Rio de Janeiro
2002

TAVARES, Guilherme Antonio J. A formação do profissional em educação especial, frente ao desafio da educação inclusiva. Rio de Janeiro: Universidade do Rio de Janeiro. UNIRIO. Centro de Ciências Humanas. Departamento de Fundamentos da Educação. Monografia. 2002. 34p.

GUILHERME ANTONIO JANUTHE TAVARES

"A FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO ESPECIAL, FRENTE AO
DESAFIO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA"

UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO
DISCIPLINA: MONOGRAFIA

Reitor: Pietro Novelino
Decana: Maria José Welhing
Diretor: Luiz Eduardo Marques da Silva
Chefe de Departamento: Ângela Maria
Professora: Liana R. T. de Ocampo

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, José Mário R. Tavares e
Maria Lúcia Januthe

Que me apoiaram em todos os
momentos difíceis e me ensinaram que,
com humildade e perseverança, um
homem chega aonde quiser.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar a DEUS,

Por me dar forças para não desistir de meus objetivos, mesmo nas horas mais difíceis,
nesses meus últimos cinco anos.

Em especial à Liana Ocampo

Um exemplo de mulher corajosa, perseverante e principalmente uma guerreira, que luta de
todas as formas em prol da educação inclusiva.

Muito obrigado por você existir e me dar a honra de ser seu aluno.

À Daniela F. de Oliveira e Rosa Virginia F. de Oliveira

Por brigarem comigo várias vezes, nos momentos em que pensei em desistir de cursar
uma universidade. Duas lindas mulheres com um coração maravilhoso, que aprendi a
amar e respeitar acima de tudo, e que o tempo nunca vai tirá-las da minha cabeça e
principalmente do meu coração. Obrigado meu Deus, por vocês existirem!

À Lis Maria de Menezes Garcia

Em vários momentos deste curso e da minha vida, você me deu seu apoio e seu carinho
que foram muito importantes para o meu sucesso, e isso eu nunca terei como lhe pagar.

Que Deus lhe ilumine sempre! Muito Obrigado!

Aos colegas de turma e universidade:

Michael, Lais, Fábio, Maria, Júlio, Demétrius, Alessandra, Lorena, Karina, Carla,
Christiane, Aniele, Luciano, Maria Emília, Madalena, Viviana, Daniele e Mônica.

Obrigado por todos os bons momentos que passamos juntos!

“Ensinar inexistente sem aprender e vice-versa e foi aprendendo que, historicamente, mulheres e homens descobriram que era possível ensinar.”

(Paulo Freire, 1997)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
1- EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	04
1. 1. <u>A família participando do processo de integração</u>	
2 – CARACTERÍSTICAS BÁSICAS A FORMAÇÃO DE UM BOM PROFISSIONAL	11
2. 1. <u>Uma pequena parte da história da formação do professor</u>	
2. 2. <u>O Professor em Educação Especial</u>	
3 – ESCOLA, CURRÍCULOS E OS ALUNOS ESPECIAIS DAS ESCOLAS REGULARES.....	20
3.1. <u>As adaptações curriculares</u>	
3.2. <u>Metodologias específicas</u>	
4 – AS IMPLICAÇÕES AO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	27
4. 1. <u>O Especialista</u>	
5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
6 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	33

INTRODUÇÃO

“O direito da pessoa à educação é resguardado pela política nacional de educação independentemente de gênero, etnia, idade ou classe social. O acesso à escola extrapola o ato da matrícula e implica apropriação do saber e das oportunidades educacionais oferecidas à totalidade dos alunos com vistas a atingir as finalidades da educação, a despeito da diversidade na população escolar.”

(PCN'S, 1998)

Este trabalho de pesquisa tem como objetivo estudar a formação do profissional em Educação e Educação Especial, de acordo com a necessidade de uma escola inclusiva, ou seja, que coloca no mesmo ambiente escolar crianças comuns, com crianças com necessidades educacionais especiais. Este estudo tem como base textos de apoio e a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional / LDBEN.

Dentro do contexto, abordaremos não só a questão do currículo que será à base de formação, como também, características necessárias ao exercício de seu trabalho, bem como o seu perfil profissional.

Sabe-se que a formação do educador é deficitária, tanto pela ausência de conhecimentos que sejam baseados na experimentação e pesquisa, bem como na precariedade de condições das escolas existentes, ou seja, na falta de estrutura para se desenvolver a educação básica em Educação Especial. Mas como os professores podem melhorar, ou até mesmo seguir um caminho certo em direção a educação inclusiva sem uma orientação ou com equipamentos que possam auxiliar no processo ensino-aprendizagem? Caberá ao professor em meio a essas adversidades, a utilizar a sua capacidade de adaptação a fim de transformar os recursos que tem disponível em busca do desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem dessas crianças. Consideraremos também as

alterações que podem ou devem ser adotadas nos currículos das instituições escolares a fim de possibilitar a educação inclusiva.

Este profissional de educação estará incumbido de uma árdua tarefa, pois se é criada uma nova etapa da educação que integra dois pólos que anteriormente eram absolutamente distantes, como desenvolve-los de forma a aproveitá-los se a escola em sua estrutura total, tanto física como curricular, mal permite o desenvolvimento das crianças normais? Esta é uma questão complexa que perpassa por várias etapas, que serão desenvolvidas no decorrer deste trabalho. Da mesma forma, fica a pergunta para fim de reflexão.

Apesar dos esforços de se pôr em prática uma educação inclusiva, muitas são as dificuldades para desenvolvê-la. Até porque algumas pessoas ainda são contra a inclusão por considerarem a possibilidade de fracasso muito grande, e que este fracasso pode acarretar um problema ainda maior para estas crianças, ampliando o estigma que já carregam consigo, por causa de uma sociedade extremamente preconceituosa.

Desta forma, estudaremos as diretrizes utilizadas para a habilitação destes profissionais, despertando o interesse dos professores a se enveredarem por este campo da educação, se atendo também a necessidade constante de aprimoramento na formação de especialistas.

Sendo assim, estudaremos sobre o papel do educador, levando em consideração que existem as variadas especializações, visando a facilitação da aprendizagem dos alunos portadores de necessidades especiais.

Acreditamos que devam existir requisitos básicos ao professor a profissional em Educação Inclusiva, necessários para uma convivência com diferentes tipos de deficiências. Inclui-se ainda, o interesse do mesmo no assunto, de modo que enriqueça o seu trabalho com crianças que muitas vezes podem ser portadoras de múltiplas deficiências.

Verificamos no trabalho decorrido, pequenos apontamentos descritos numa linguagem geral, sem maior aprofundamento, mas não obstante, atingindo o objetivo e de fácil entendimento, que possibilitem ao leitor, refletir o processo de formação do profissional de Educação Especial frente ao desafio da educação inclusiva.

Esta é uma pesquisa teórica, bibliográfica com base em autores nacionais e internacionais, documentos das políticas públicas brasileiras, que discutem a inclusão.

1 – EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, com os outros alunos do ensino regular é muito mais que colocá-los na escola, no convívio de sala de aula é considerar as diversidades que se verifica entre os educandos nas instituições escolares. Sendo assim, são necessárias algumas medidas de flexibilização e dinamização do currículo para atender, efetivamente, às necessidades educacionais especiais dos que apresentam deficiências.

Para estas crianças, é importante a proximidade com outras realidades e a participação em atividades gerais da escola, tais como: passeios, recreio, trabalhos em grupo, entre outros, para que possam desenvolver suas habilidades de acordo com suas deficiências e propiciar sua socialização. É importante destacar que estas atividades desenvolvidas e planejadas pelos professores, não serão única e exclusivamente para trabalhar com as crianças com necessidades especiais, estas mesmas atividades serão aplicadas com as crianças comuns. A proposta inicial é a de que o ensino deverá ser o mesmo para as crianças, sempre respeitando as dificuldades, pelas quais as crianças especiais irão passar, mas nunca desmerecendo suas capacidades.

Parte-se do princípio de que esta educação, que integra dois pólos antes separados tem um importante papel social, o de possibilitar a estas crianças marginalizadas e segregadas, a oportunidade de se inserir na sociedade como cidadão participativo.

Para que esta inclusão aconteça, é necessário dar apoio teórico, profissional e material, para que o professor tenha condições de aproximar à educação a realidade dos alunos com necessidades educacionais especiais.

O direito de cada criança a educação é proclamado na Declaração Universal de Direitos Humanos (1948) e foi fortemente reconfirmado pela Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990).

Este é um direito garantido por Lei, e teve como ponto precípua a Declaração de Salamanca, resultado da Conferência Mundial Sobre necessidades Educativas Especiais, entre 7 e 10 de junho de 1994, em Salamanca, na Espanha. Esta Declaração estabelece a estrutura de ação em Educação Especial, com o objetivo de buscar alternativas para a educação das pessoas com necessidades especiais. Qualquer pessoa portadora de deficiência tem o direito

de expressar seus desejos com relação à sua educação, tanto quanto estes possam ser realizados. Os pais possuem o direito inerente de serem consultados sobre a forma de educação mais apropriadas às necessidades, circunstâncias e aspirações de suas crianças.

“A garantia de uma educação de qualidade para todos implica, dentre outros fatores, num redimensionamento da escola no que consiste não somente na aceitação, mas também na valorização das diferenças. Esta valorização se efetua pelo resgate dos valores culturais, os que fortalecem identidade individual e coletiva, bem como pelo respeito ao ato de aprender e de construir. Falamos aqui de uma escola que se prepara para enfrentar o desafio de oferecer uma educação inclusiva e de qualidade para todos os seus alunos. A educação inclusiva percebe a heterogeneidade como possibilidade de enriquecimento do grupo”.(Declaração de Salamanca)

A expressão necessidades educacionais especiais pode ser utilizada para referir-se a crianças e jovens cujas necessidades decorrem de sua elevada capacidade ou de suas dificuldades para aprender. Está associada, portanto, a dificuldades de aprendizagem, não necessariamente vinculada a deficiência(s).

O termo surgiu para evitar os efeitos negativos de expressões utilizadas no contexto educacional - deficientes, excepcionais, subnormais, superdotados, infradotados, incapacitados etc. - para referir-se aos alunos com altas habilidades/superdotação, aos portadores de deficiências cognitivas, físicas, psíquicas e sensoriais. Tem o propósito de deslocar o foco do aluno e direcioná-lo para as respostas educacionais que eles requerem, evitando enfatizar os seus atributos ou condições pessoais que podem interferir na sua aprendizagem e escolarização.

Falar em necessidades educacionais especiais, portanto, deixa de ser pensar nas dificuldades específicas dos alunos e passa a significar o que a escola pode fazer para dar respostas às suas necessidades, de um modo geral, bem como aos que apresentam necessidades específicas muito diferentes dos demais.

Considera os alunos, de um modo geral, como passíveis de necessitar, mesmo que temporariamente, de atenção específica e poder requerer um tratamento diversificado dentro do mesmo currículo. Não se nega o risco da discriminação, do preconceito e dos efeitos adversos que podem decorrer dessa atenção especial. Em situação extrema, a diferença pode conduzir à exclusão.

Tomam parte da educação inclusiva, não só professores e alunos, mas toda a comunidade escolar que envolve também os pais. Estes deverão estar cientes de todas as atividades que serão desenvolvidas com seus filhos, em busca de seu desenvolvimento.

Segundo a Declaração de Salamanca, o sucesso de escolas inclusivas depende em muito da identificação precoce, avaliação e estimulação de crianças pré-escolares com necessidades educacionais especiais. Assistência infantil e programas educacionais para crianças até a idade de 6 anos deveriam ser desenvolvidos e/ou reorientados no sentido de promover o desenvolvimento físico, intelectual e social e a prontidão para a escolarização. Tais programas possuem um grande valor econômico para o indivíduo, a família e a sociedade na prevenção do agravamento de condições que inabilitam a criança. Programas neste nível deveriam reconhecer o princípio da inclusão e ser desenvolvidos de uma maneira abrangente, através da combinação de atividades pré-escolares e saúde infantil.

A tarefa de educar alunos com deficiência exige do professor um trabalho de constante análise e reflexão, assim como o trabalho desenvolvido com as crianças comuns. É claro que deste profissional é exigido um maior comprometimento e aprimoramento, para que tenha condições de desenvolver da mesma forma as potencialidades de ambas as crianças, para que no futuro as mesmas possam chegar a uma escolarização mais elevada e ao mercado de trabalho.

Sendo assim, é importante não só contar com uma educação específica para o trabalho, mas contar com a "boa vontade" de empresas que propiciem a esses profissionais "especiais" a oportunidade de desenvolver as atividades para as quais foram capacitados. Algumas empresas já possuem planos de contratação para pessoas com deficiências, porém é muito pequeno o número de vagas que se disponibiliza. Para tanto é necessário que se faça um preparatório para o ingresso ao mercado, dando a estes profissionais, cursos que

Ihe auxiliem para a atuarem dentro das funções que Ihe forem estipuladas. É preciso conscientizar os empresários de que estes são profissionais capazes como todos os outros.

A integração de crianças e jovens com necessidades educacionais especiais seria mais efetiva e bem-sucedida se consideração especial fosse dada a planos de desenvolvimento educacional nas seguintes áreas: educação infantil, para garantir a educabilidade de todas as crianças: transição da educação para a vida adulta do trabalho.

Vários países têm adotado políticas em favor da educação infantil, tanto através do apoio no desenvolvimento de jardins de infância e pré-escolas, como pela organização de informação às famílias e de atividades de conscientização em colaboração com serviços comunitários (saúde, cuidados maternos e infantis) com escolas e com associações locais de famílias ou de mulheres.

As necessidades especiais revelam que tipos de ajuda, diferentes das usuais, são requeridas, de modo a cumprir as finalidades da educação. As respostas a essas necessidades devem estar previstas e respaldadas no projeto pedagógico da escola, não por meio de um currículo novo, mas, da adaptação progressiva do regular, buscando garantir que os alunos com necessidades especiais participem de uma programação tão normal quanto possível, mas considere as especificidades que as suas necessidades possam requerer.

Cabe então a escola propagar a semente da igualdade social, a partir da prática da educação inclusiva, assim como foi concebida, oportunizando o mesmo grau de desenvolvimento para as crianças.

Porém para que se faça a verdadeira inclusão deve-se primordialmente promover a igualdade respeitando-se a individualidade de cada aluno que participa da educação inclusiva. Para tanto, é necessário estar ciente de que a inclusão não é de responsabilidade única da família ou da escola, mas sim, exige a participação integral de toda sociedade.

A inclusão deve ser vista como algo bom que oportuniza estas crianças o convívio com outras realidades, e que este convívio as levará a um auto grau de estímulo no decorrer de sua aprendizagem, tornando este processo mais ameno e prazeroso, diferente de coloca-las em escolas separadas segregando-as.

Projetar uma educação inclusiva é ideal para que se acabe com a marginalização e segregação dos alunos especiais, e que possibilite uma educação integradora com os alunos do ensino regular. De acordo com Glat e Muller (1999), em seu livro "Uma Professora Muito Especial", começa-se então a cogitar que a educação inclusiva só ocorreria caso os alunos, já tivessem adquirido na escola de classes especiais as competências necessárias que lhes possibilitassem acompanhar o ritmo imposto no convívio com as crianças das classes regulares, o que retornaria com esta criança a escola especial, provocando nova separação. Esta atitude vem do receio de que estas crianças, sendo colocadas em contato imediato com as crianças comuns estariam fadadas ao insucesso.

Essas condições exigem a atenção da comunidade escolar para viabilizar a todos os alunos, indiscriminadamente, o acesso à aprendizagem, ao conhecimento e ao conjunto de experiências curriculares que estão disponibilizadas no ambiente educacional.

Mas a inclusão não ocorre apenas através do ambiente escolar ela se propaga também fora dos muros da escola, integrando de fato o indivíduo a sociedade. Primeiramente integrado o aluno com sua própria família, permitindo a eles uma maior aceitação da criança, depois integrando as mesmas com a comunidade escolar, pais e alunos comuns, e por fim com a sociedade propriamente dita.

Este é o primeiro passo para consolidação de uma sociedade mais justa, que sabe respeitar as diferenças e através delas gerar um ambiente social em que seus atores busquem um bem em comum.

A escola será o primeiro ambiente, que estas crianças frequentarão e que terão o seu primeiro contato social fora do ambiente familiar. Portanto é fundamental ter em mente que este ambiente deve ser preparado para acolher a criança, de forma que esta se sinta à-vontade para expressar suas ansiedades em vista da nova etapa de suas vidas. Este ambiente escolar deverá ser extremamente estimulador e flexível, assim como os professores que estarão orientando o processo ensino-aprendizagem destas crianças.

O mundo destas crianças é composto por pais, professores, alunos e comunidade escolar e todas as atividades sócio-culturais existentes sendo esta a base onde será construído o seu processo educativo. Esta integração, de pais,

professores, alunos e comunidade, possibilitarão a essas crianças um desenvolvimento amplo para participarem ativamente da vida em sociedade, que fundamentalmente consideramos ser o objetivo deste novo paradigma da educação inclusiva.

A inclusão escolar constitui, portanto, uma proposta politicamente correta que representa valores simbólicos importantes, condizentes com a igualdade de direitos e de oportunidades educacionais para todos, em um ambiente educacional favorável.

1. 1. A família participando do processo de inclusão

A família é essencial para que a criança “especial” tenha a oportunidade de se incluir socialmente, partindo do princípio de que a criança deve se sentir aceita primeiramente em seu ambiente familiar, para que depois possa ser incluída dentro do ambiente escolar.

Já se sabe que para a educação como um todo ser um processo bem sucedido é necessário contar com o apoio participativo da família, que dará continuidade ao desenvolvimento das crianças em suas residências. A família basicamente funciona como suporte do professor, que deverá incentivar participação dos pais durante todo o processo de aprendizagem, “capacitando” os pais para lidarem com as necessidades especiais de seus filhos e as dificuldades que apresentam no processo de ensino.

É importante salientar que a família faz parte da “clientela” que é atendida pela instituição escolar, sendo assim o relacionamento escola – família – comunidade, é uma tríade que tem como sua ponte o professor.

Cabe ao mesmo professor estar atento as necessidades específicas de cada família, para que a mesma não sufoque o desenvolvimento do ensino-aprendizagem dos alunos com necessidades educativas especiais.

Se houver de ambas as partes um compromisso único de buscar o desenvolvimento das potencialidades dos alunos especiais, esta educação se dará em um processo de ensino único com a família dando sua parcela de contribuição para o sucesso da aprendizagem.

É importante destacar que este processo de inclusão e conscientização dos familiares, não está preso somente aos pais das crianças portadoras de deficiências, mas dos pais das crianças comuns, para que estes não interfiram na relação de seus filhos com as crianças “especiais”, impedindo a marginalização. Até porque a criança é um ser muito puro que não possui preconceitos, estes são adquiridos dos pais, e se estes forem bem trabalhados na comunidade, permitiram uma vivência pacífica entre os alunos.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais, alguns educadores defendem que uma escola não precisa preparar-se para garantir a inclusão de alunos com necessidades especiais, mas tornar-se preparada como resultado do ingresso desses alunos. Indicam, portanto, a colocação imediata de todos na escola. Entendem que o processo de inclusão é gradual, interativo e culturalmente determinado, requerendo a participação do próprio aluno na construção do ambiente escolar que lhe seja favorável.

2 – CARACTERÍSTICAS BÁSICAS A FORMAÇÃO DE UM BOM PROFISSIONAL

Antes de começarmos a falar especificamente sobre a formação do profissional de Educação Especial, consideramos de suma importância tecer alguns comentários a respeito da nova postura exigida do profissional de educação através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, até porque, estes novos aspectos serão também necessários ao professor de crianças com necessidades especiais, que é o nosso foco de pesquisa.

A nova LDBEN faz uma reformulação no que diz respeito à postura do profissional da educação e do novo papel que ocupará dentro da Instituição Escolar, a fim de mudar o aspecto de nossa educação básica.

A escola que se espera para o século XXI tem compromisso não apenas com a produção e a difusão do saber culturalmente construído, mas com a formação do cidadão crítico, participativo e criativo para fazer face às demandas cada vez mais complexas da sociedade moderna.

Desta forma, a nova lei (Artigo 58) traça alguns tópicos importantes para efetuar uma real reformulação na Educação Básica Nacional, educação que também será oferecida aos alunos com deficiências, seja através da educação inclusiva, preferencialmente em escolas regulares, e se necessário, em escolas especiais. E podem ser criadas classes especiais nas escolas regulares extraordinariamente em forma transitória (Resolução nº 2 de setembro de 2001, artigo 7º).

Para tanto, este novo molde educacional, exige uma estrutura diferenciada para a escola, desenvolvendo uma formação que propicie uma educação mais ampla e um professor consciente de que ele será o norteador de todo o processo ensino-aprendizagem.

Segundo o Multi Educação (1996), estamos acostumados a verificar que o professor da escola regular não está preparado para lidar com os diferentes “tempos de aprendizagem”, isto é, o professor não reconhece que cada indivíduo tem o seu momento próprio no desenvolvimento da aprendizagem. Sendo assim, este deverá mudar sua perspectiva quanto ao que ele considera saber sobre o desenvolvimento da aprendizagem do aluno, pois esta não ocorre da mesma forma para todos, e nem sempre o mesmo método poderá ser aplicado a todas as crianças.

É necessário então que o professor mude esta visão tosca, para que possa auxiliar o aluno “especial”, assim com o aluno “normal”. O professor deve avaliar o desenvolvimento da aprendizagem do aluno não quantitativamente, mas sim, qualitativamente. As pessoas com necessidades educacionais especiais se desenvolvem tanto quanto os demais, só que de uma maneira qualitativamente diferente. Para que se possa entender melhor o desenvolvimento da aprendizagem deste aluno, deve-se levar em consideração o funcionamento do organismo do mesmo, que se organiza com base num processo educacional que facilite superar os obstáculos da deficiência.

Na realidade, existe não só no ambiente escolar, mas no social, uma baixa expectativa com relação às potencialidades que podem ser desenvolvidas nos alunos com deficiências especiais. Mas quem acredita que esta baixa expectativa se encontra somente nos “deficientes”, está enganado, pois este processo de “desacreditação” ocorre com crianças de classes sociais inferiores, que possuem dificuldades no processo de aprendizagem. A aprendizagem exerce um papel de grande importância no desenvolvimento de todos os alunos, sejam eles portadores de necessidades especiais ou não. Portanto, a relação sujeito com o objeto do conhecimento não se dá de forma mecânica, e sim a partir da ação de diferentes mediadores.

De acordo com a LDBEN, preocupados com a nova postura do professor, que além de ministrar as aulas, será incumbido de organizar a estrutura pedagógica da nova educação, integrando a escola, a comunidade e a família, a nova Lei exige que a habilitação deste professor seja em nível superior, com curso de graduação voltado para a licenciatura, e que busque especializações que venham a desenvolver a sua prática pedagógica, ou seja, uma formação continuada.

Mais que nos currículos para a formação de professores, é necessário que as escolas, com o advento da inclusão, disponibilizem disciplinas que possibilitem a todos os professores lidar com seus alunos sem dificuldades.

A Lei de Diretrizes e Bases, nos Artigos 58, 59 e 60, do Capítulo V prevê elementos indispensáveis ao desenvolvimento da Educação Especial, perpassando também pela formação do professor.

Quando se fala em Educação Especial, pensa-se em vários aspectos necessários a um ensino que dê conta de desenvolver os alunos com

necessidades especiais em todas as suas potencialidades não só na educação básica. Desta forma, é concebida a educação inclusiva, que tem como objetivo propiciar a integração de crianças comuns com crianças especiais. Para tanto, faz-se necessário a adaptação do ambiente escolar, como a preparação deste profissional que estará diante do desafio de integrar distantes realidades, desenvolvendo um ensino “único” e “eficaz”.

Sendo assim, o professor passa a ser um dos principais focos, pois ele será a ponte que irá desenvolver a aprendizagem neste novo ambiente da instituição escolar, garantindo que as crianças especiais sejam, trabalhadas da mesma forma que as crianças comuns e com as mesmas oportunidades.

Este profissional em Educação terá então que ser habilitado de forma a ser “capaz” de desenvolver o ensino através de várias etapas adversas, tais como: as diferenças entre as crianças, respeitando suas particularidades, bem como a falta de profissionais e ferramentas adequadas ao exercício de seu trabalho, mas com o auxílio de um professor especializado. A partir de então, focaremos nossas atenções a formação deste professor, que será um novo profissional destinado as nossas escolas.

Antes de começarmos a estudar as novas exigências na formação do profissional em Educação Especial, faremos um pequeno relato a respeito do currículo que habilitava o professor no decorrer da história ressaltando algumas passagens de seu processo evolutivo, a fim de que se possa reafirmar a necessidade de uma formação em nível superior, mas sem esquecer que esta formação não pode desvincular jamais a teoria da prática.

2. 1. Uma pequena parte da história da formação do professor

Antigamente o professor de Educação Especial, tinha como base de sua formação o Curso Normal, em nível de 2º grau, os denominados professores “primários”.

De acordo com estudos e trabalhos realizados por Mazzotta na cidade de São Paulo, verificamos os primeiros passos para o desenvolvimento do professor para a Educação Especial.

No ano de 1947, foi instituído o Decreto-lei nº 17.698, que regulamentava que a formação oferecida tendo como base somente o Curso Normal não seria suficiente, seria necessário curso de especialização, aperfeiçoamento e de administradores escolares. Dez anos depois (1957), a Lei nº 3.739 reformula o ensino Normal no Estado de São Paulo, exigindo que seja efetuado exame vestibular, com a finalidade de verificação das aptidões do candidato a professor, cursos que viabilizassem a especialização dos profissionais de forma a atender a demanda de alunos excepcionais, a exigência de no mínimo três anos exercendo o magistério, para que se pudesse ingressar no curso de Administração Escolar, assim como a regulamentação dos cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e de Administração Escolar. (Mazzotta, 1993)

Este mesmo Curso Normal sofre novas adaptações em 1961, começam-se a especificar quais os cursos que serão utilizados para a especialização dos professores primários. Os principais cursos são os de professores de deficientes mentais, cegos e surdos, que tinham como duração um ano, sendo discriminadas as disciplinas que farão parte de seu currículo: Anátomo-Fisiologia e patologia; Psicologia; Pedagogia e Metodologia; Artes; Orientação Vocacional e Reabilitação.

No período de 1953 a 1959, a Sociedade Pestalozzi de São Paulo realizou cursos de férias com enfoque para o ensino de crianças excepcionais, para os candidatos a profissionais da área.

Em 20 de setembro de 1965 é instituído o "Curso de Especialização de Professores Primários de Deficientes Físicos", no Instituto de educação "Caetano de Campos", em São Paulo. O ingresso no curso ficou assegurado aos professores primários que há mais de seis meses lecionassem em classes de deficientes físicos. Neste mesmo ano, foi autorizado o funcionamento de um Curso Intensivo de Especialização de Professores Primários de Deficientes Físicos, com duração mínima de três meses, destinado exclusivamente aos professores com mais de dois anos de exercício em classes de deficientes físicos, promovido pelo Serviço de Expansão Cultural do Departamento de Educação. Este currículo incluía as seguintes disciplinas: Patologia; Psicologia; Fonoaudiologia; Metodologia; Terapia Ocupacional; Recursos Audiovisuais; Fisioterapia e Música – Arte Infantil.

A parte prática e os estágios deveriam ser realizados na Associação de Assistência à Criança Defeituosa – AACD.

A Lei nº 5.540/68, no Artigo 17, e o Parecer CFE nº 252/69, do ano de 1972, determinou que os Cursos de Especialização deveriam ocorrer em nível de 3º Grau, com curso de graduação “latu-sensu”.

Apresenta-se então uma proposta a fim de alterar o Curso de Pedagogia, compreendendo uma formação com um currículo que incluía uma parte comum e uma parte diversificada. Esta parte comum, esta destinada às disciplinas de formação pedagógica das licenciaturas, contendo as seguintes disciplinas: Introdução à Educação Especial; Psicologia do Desenvolvimento; Psicologia da Aprendizagem; Ensino de 1º e 2º graus; Metodologia do Ensino de 1º e 2º graus. A parte que foi denominada como diversificada, foi constituída com as matérias específicas, determinando-se assim, as seguintes disciplinas: Deficientes da áudio-comunicação, Deficientes físicos, Deficiente mentais e Deficientes da visão.

Em 1983, foi realizado o primeiro Encontro Nacional do Projeto “Reformulação dos Cursos de Preparação de Recursos Humanos para a Educação”, que foi proporcionado pelo MEC/Sesu, com o objetivo de legitimar a questão da formação dos profissionais da educação.

Com o advento da educação inclusiva, verifica-se que o professor disponível no mercado de trabalho não estava capacitado para ministrar aulas para estas crianças portadoras de necessidades especiais, pois sua formação até o momento ainda se dava de forma muito superficial.

2. 2. O Professor em Educação Especial

Este profissional deve assumir uma postura, já prevista na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que é a de um professor responsável pelo desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem de seus alunos. O professor é a peça chave da educação inclusiva, sendo assim, este deverá ser capacitado de forma mais ampla para que tenha condições de integrar os alunos ditos “normais” com as crianças “especiais”, dando início a uma sociedade inclusiva.

O currículo que habilitará este novo profissional abrangerá todos os tipos de deficiências, antes de se especializar em uma deficiência em particular, para que possa assim valorizar a diversidade dos alunos, integrando as crianças comuns e especiais, bem como a comunidade e as famílias.

De acordo com o relatório da LDBEM:

“São considerados professores especializados em educação especial aqueles que desenvolveram competências para identificar as necessidades educacionais especiais, definir e implementar respostas educativas a essas necessidades, apoiar o professor da classe comum, atuar nos processos de desenvolvimento e aprendizagem dos alunos, desenvolvendo estratégias de flexibilização, adaptação curricular e práticas pedagógicas alternativas, entre outras...” (Gouvêa, 2001, p.13-14).

O objetivo da escola é necessariamente buscar meios norteadores, que auxiliem no processo de desenvolvimento da aprendizagem do aluno. Neste sentido, é importante frisar que a participação da família é de extrema importância neste processo, assim como, a prontidão de profissionais especializados em Educação Especial, que devem funcionar como suporte no processo de ensino-aprendizagem, ocorrido no ambiente escolar. Há de se lembrar também, que para esta educação integrada ser vivenciada, necessita-se por parte do governo, da disponibilização de recursos que propiciem o cumprimento dos aspectos previstos na LDBEN, porém a respeito deste aspecto, falaremos mais tarde.

Antes de o professor construir sua aprendizagem no que diz respeito à criança especial, faz-se necessário que este tenha uma boa perspectiva à cerca da criança normal, tais como: conceitos básicos de crescimento e desenvolvimento da criança, conceitos de saúde mental, métodos de ensino, enfim, experiência prática com crianças normais. A partir deste ponto o professor deverá ter contato com os vários tipos de deficiência, pois segundo Mazzotta (1993), “alguns educadores recomendam que os profissionais especializados em educação especial para determinada área, possuam conhecimentos práticos sobre outras áreas” (p.45). Desta forma, o professor terá uma visão ampla de quais dificuldades poderá enfrentar no caso de ter em sala de aula crianças com

múltiplas deficiências. A extensão e profundidade da formação deste profissional exigem também cursos que abordem as questões voltadas para os fundamentos sociais e psicológicos da educação. Porém, quando se fala em uma formação do professor em educação especial, tende-se a desconsiderar a questão da capacitação dos professores que já estão desenvolvendo seu trabalho em sala de aula, seja na classe regular ou no ensino especial. Deve-se considerar também o generalista de formação ampla nos cursos de graduação e o especialista para dar o suporte necessário na educação inclusiva.

Além dos conteúdos específicos é importante dar ao professor acesso a uma habilitação que lhe possibilite conhecimentos amplos no que se refere ao planejamento, execução e avaliação das diversidades das situações de ensino, com as quais irá se deparar durante o processo ensino-aprendizagem sendo necessário que este desenvolva competências para organizar sua metodologia de trabalho. Sendo assim, este professor deverá estabelecer seus métodos de ensino, tendo sempre como aliada à flexibilidade, para que possa adaptar seu planejamento a individualidade de cada situação de ensino. Para tanto, é necessário que este professor adquira durante sua aprendizagem, instrumentos pedagógicos que permitam uma prática docente mais apropriada às dificuldades específicas de cada aluno e o quanto à deficiência que possui influencia.

Mas será que só o fato do professor especial, ter como base de sua formação, o curso superior é suficiente para levá-lo ao trabalho com crianças especiais, e, se o conteúdo trabalhado nos períodos que envolvem a graduação as disciplinas da grade curricular abordam com clareza as deficiências e suas peculiaridades?

De acordo com os dados contidos no trabalho de pesquisa de Ramos (2001) as disciplinas de Educação Especial em algumas Universidades Federais, no curso de Licenciatura em Pedagogia, são oferecidas com a carga horária de 60 horas, compreendendo conceitos básicos de cada deficiência, bem como definições e conceitos de desvio, diferença e normalidade e as suas dimensões históricas, culturais, além de trabalhar as mudanças de paradigma e no que isso interfere na política educacional. Fazem parte da grade curricular, algumas disciplinas caracterizadas como optativas, ou seja, que de acordo com o interesse do aluno, são oferecidas no intuito de enriquecer a aprendizagem. Analisando esta grade curricular, verifica-se a necessidade de especialização do educador

que deseja dar continuidade aos estudos sobre a educação especial, e, quem sabe vir a se dedicar totalmente a área. Esta especialização dar-se-á via cursos de pós-graduação, complementada por pesquisas, cursos e palestras, enfim, de uma formação continuada. Os currículos disponíveis nas instituições de ensino, à via de regra são distanciados da prática pedagógica, ou seja, não possuem a preocupação de capacitar o professor de forma a desenvolver seu trabalho levando em consideração a adversidade encontrada no universo do educando.

Se a grade curricular disponível em algumas Universidades dedica pouquíssimas horas, para os temas que envolvem a Educação Especial, como esta graduação será capaz de preparar este professor para o mercado de trabalho, ou de despertar o interesse dos graduandos em uma especialização na área. Surge aí, então, uma das principais barreiras para a implantação da educação inclusiva, pois pouco se sabe e pouco se ouviu falar desta nova vertente, para que o professor se sinta seguro a ingressar neste projeto de construção de uma estrutura social que não perpetue o isolamento e o estigma.

O Currículo Multi-educação, no Município do Rio de Janeiro (1996), em sua abrangência, nos permite refletir sobre os caminhos alternativos a serem trilhados com os alunos portadores de necessidades educativas especiais, de forma que se apropriem de conhecimentos, valores e significados tanto quanto os demais alunos.

Nesta "viagem" não se pode perder de vista o ponto de chegada, daí porque devemos pensar em caminhos alternativos, não havendo necessidade de que todos procedam de igual maneira fazendo o mesmo percurso.

Se alguns dos alunos não vão atingir o ponto de chegada proposta isto não significa que não continuemos buscando alternativas que os aproximem ao máximo de todos os outros.

Não é possível determinar previamente até onde os alunos deverão ir. Muitos chegarão ao final da caminhada, mesmo que para isto levem um pouco mais de tempo ou necessitem enveredar por outros caminhos que irão sendo descobertos à medida que a viagem for acontecendo, por este motivo é verificada a necessidade de se planejar atividades que façam sentido para os alunos. Além disso, a sala de aula deverá sofrer algumas alterações para que o ensino possa ocorrer de forma a desenvolver ambos alunos. O professor deverá estimular o sentimento de cooperação, fazendo de seus alunos comuns, sua equipe de apoio

durante as aulas, o que facilitará também a aceitação dos alunos especiais freqüentando a sala.

A criança quando nasce é introduzida num mundo repleto de sentidos, de significados. É na interação social que as habilidades tipicamente humanas, como a linguagem, vão se constituindo. O sentido não é puramente do sujeito isolado, mas é na troca com outros sujeitos que este sentido emerge. É o processo de interação dialógica entre professor e aluno e de alunos entre si que permite que os sentidos apareçam.

Isto implica que o professor esteja atento à linguagem veiculada em sala de aula, entendendo que os textos utilizados para a leitura assim como a escrita deve fazer sentido para os alunos. A linguagem distanciada dos alunos, que não faz sentido para eles deve ser posta de lado.

Os alunos com necessidades educacionais especiais aprendem através dos mesmos recursos metodológicos empregados com os demais alunos, embora, em alguns casos, as adequações destes recursos sejam necessárias com o objetivo de atender às necessidades especiais dos mesmos.

É bem verdade que no trabalho com portadores de deficiência auditiva, vários métodos foram elaborados - orais, linguagem de sinais, mistos - mas com o objetivo apenas de desenvolver a linguagem. Mesmo assim, atualmente, para atender a este objetivo específico a tendência é superar o emprego de métodos, por se acreditar que se torna muito restritivo, o importante é que o professor seja capaz de estar sempre atento ao desenrolar de suas aulas, para que se necessário for, faça alterações em seu planejamento e em suas estratégias. Os conhecimentos adquiridos durante as especializações e cursos são a base fundamental do professor, mas sua flexibilidade e iniciativa são extremamente importantes no processo ensino-aprendizagem.

No trabalho escolar, portanto, não existem métodos de atuação com alunos cegos, surdos, com deficiência mental e paralisia cerebral, superdotados e outros comprometimentos que possam aparecer. O que os alunos com necessidades educacionais especiais necessitam, tanto quanto os demais alunos, é que, tenham acesso a uma aprendizagem significativa, vivenciando um processo de interação dialógica, com professores que assumam o papel de mediadores deste processo e propiciem espaços de mediação constantes, permitindo que as necessidades sejam atendidas.

3 – ESCOLA, CURRÍCULOS E OS ALUNOS ESPECIAIS DAS ESCOLAS REGULARES

Antes de se discutir como o currículo deve ser trabalhado, comentaremos a estrutura dos currículos anteriores destinados a Educação Especial.

A aprendizagem escolar está diretamente vinculada ao currículo, organizado para orientar, dentre outros, os diversos níveis de ensino e as ações docentes. O conceito de currículo é difícil de estabelecer, em face dos diversos ângulos envolvidos.

É central para a escola e associa-se à própria identidade da instituição escolar, à sua organização e funcionamento e ao papel que exerce - ou deveria exercer - a partir das aspirações e expectativas da sociedade e da cultura em que se insere.

Contém as experiências, bem como a sua planificação no âmbito da escola, colocada à disposição dos alunos visando a potencializar o seu desenvolvimento integral, a sua aprendizagem e a capacidade de conviver de forma produtiva e construtiva na sociedade.

Os currículos desenvolvidos décadas atrás baseavam-se na separação das crianças de acordo com as suas deficiências e a partir de suas possibilidades de aprendizagem. Este ensino ocorria em estabelecimentos específicos para portadores de necessidades especiais.

Analisando os antigos currículos, de acordo com as deficiências sensoriais: auditiva e visual e as outras, podia se verificar que basicamente havia diferenças em suas metodologias e estratégias de trabalho, ou seja, se dava ênfase as características específicas de cada deficiência.

No que diz respeito aos alunos com deficiência mental ou retardo, desenvolvia-se somente os aspectos relativos ao desenvolvimento de escassos conhecimentos escolares, o que demonstra a baixa expectativa que se tem com relação ao rendimento dos alunos das classes especiais, frente aos alunos das classes regulares. Sendo assim, fica claro que o professor se sente desorientado, impossibilitando a maiorias das vezes desenvolver atividades de cunho acadêmico. Esta desorientação total do professor tem como conseqüência direta o menosprezo pelo potencial dos alunos portadores de deficiências.

Nesse sentido, de acordo com que está disposto nos PCN'S a adequação curricular procura subsidiar a prática docente propondo alterações a serem desencadeadas para efetuar a definição dos objetivos, no tratamento e desenvolvimento dos conteúdos, no transcorrer de todo processo avaliativo, na temporalidade e na organização do trabalho didático-pedagógico no intuito de favorecer a aprendizagem do aluno.

Assim, verificamos a importância da educação escolar no exercício da cidadania que implica na efetiva participação da pessoa na vida social resguardada a sua dignidade, a igualdade de direitos, a importância da solidariedade e do respeito, bem como a recusa de quaisquer formas de discriminação e segregação.

Segue agora algumas das principais alterações que podem ser feitas a fim de adaptar o ensino atual, para a educação inclusiva com uma mesma base curricular.

3.1. As adaptações curriculares

Para se adaptar ao currículo escolar, de forma a possibilitar a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais, a escola de ensino regular, primeiramente deve-se permitir ao professor o acesso a material teórica que lhe propicie uma visão mais ampla de como trabalhar em um mesmo currículo, conteúdos que visem construir conhecimentos escolares destas crianças "especiais", assim como os outros alunos.

Este desafio começa, por uma total reformulação não só na metodologia de ensino, mas também, na estrutura física da escola. É necessária a adaptação nas mesas e cadeiras, aquisição de equipamentos específicos a cada deficiência, além de contar com o apoio profissional.

Para dar suportes necessários as alterações no currículo, é necessário que se conheça profundamente as necessidades especiais de cada aluno, para que se possa determinar o ponto de partida a um ponto de chegada, que se sucederá durante todo o processo, selecionando o grau de complexidade de conteúdos e atividades afins, despertando suas potencialidades.

É importante ressaltar que as adaptações curriculares seja para atender alunos nas classes comuns ou em classes especiais, não se aplicam exclusivamente à escola regular, devendo ser utilizadas para os que estudam em escolas especializadas, quando a inclusão não for possível.

As adaptações curriculares constituem possibilidades educacionais de atuar frente às dificuldades de aprendizagem dos alunos. Pressupõem que se realize a adaptação do currículo regular, quando necessário, para torná-lo apropriado às peculiaridades dos alunos com necessidades especiais. Não um novo currículo, mas um currículo dinâmico, alterável, passível de ampliação, para que atenda realmente a todos os educandos.

A proposta é formular um currículo que permita a flexibilidade em busca do desenvolvimento da "criança especial", utilizando-se de recursos como a interdisciplinaridade com o objetivo de desenvolver o aluno globalmente.

Essas adaptações resguardam o caráter de flexibilidade e dinamicidade que o currículo escolar deve ter, ou seja, a convergência com as condições do aluno e a correspondência com as finalidades da educação na dialética de ensino e aprendizagem.

Tem-se a visão de que para este currículo se desenvolva, faz-se necessário profissional ou técnico em Educação Especial auxiliando o professor de sala de aula ou ministrando aulas complementares. O professor da escola regular pode e deve ser incentivado para lidar com estas novas abordagens, com o objetivo de obter estratégias que visem o desenvolvimento da aprendizagem. Porém é lógico, que mesmo passando por esta capacitação, existem acompanhamentos que devem ser feitos por profissionais. Não se pode considerar que o professor estará apto a fazer exames de rotina, necessários de acordo com as deficiências.

O trabalho efetuado pelos professores deverá estar voltado para o desenvolvimento global do aluno, com base nas características de cada deficiência. Um aluno surdo, por exemplo, necessitará de um trabalho auditivo e do desenvolvimento de formas de educação que lhe permitam a interação ao mesmo tempo em que desenvolve o cognitivo afetivo.

Não se pode esquecer que faz parte do currículo, o processo de avaliação, que deverá assim como o currículo respeitar as particularidades de

cada deficiência, auxiliando no desenvolvimento global do aluno, que envolve não só os conhecimentos escolares, como o cognitivo afetivo de cada um deles.

Com base no reconhecimento da diversidade existente na população escolar e na necessidade de respeitar e atender a essa diversidade, o currículo será utilizado como ferramenta básica da escolarização; buscando dimensionar o sentido e o alcance que se pretende dar às adaptações curriculares como estratégias e critérios de atuação docente; e admitindo decisões que oportunizem adequar a ação educativa escolar às maneiras peculiares de os alunos aprenderem, considerando que o processo de ensino-aprendizagem pressupõe atender à diversificação de necessidades dos alunos na escola.

É indiscutível a dificuldade de efetuar mudanças, ainda mais quando implicam novos desafios e inquestionáveis demandas socioculturais. O que se pretende, numa fase de transição onde os avanços são inquietamente almejados, é o enfrentamento desses desafios mantendo-se a continuidade entre as práticas passadas e as presentes, procurando manter o equilíbrio cuidadoso entre o que existe e as mudanças que se propõem.

De acordo com os PCN'S, muitas vezes, há necessidade de adotar adaptações significativas do currículo para atender às necessidades especiais dos alunos, quando estas forem mais acentuadas e não se solucionarem com medidas curriculares menos significativas. De um modo geral constituem estratégias necessárias quando os alunos apresentam sérias dificuldades para aprender, como resultado, entre outros fatores: da defasagem entre a sua competência curricular e a de seus colegas; da discrepância entre as suas necessidades e as demandas das atividades e expectativas escolares; da crescente complexidade das atividades acadêmicas que vai se ampliando, na medida do avanço na escolarização.

As estratégias específicas, orientadas concretamente para melhorar as condições de escolaridade, podem ter como foco: os educandos e seu processo de aprendizagem; o pessoal (educadores, administradores e outros); o currículo e a avaliação da aprendizagem; materiais didáticos e instalações. Estas estratégias devem ser aplicadas de maneira integrada; sua elaboração, gestão e avaliação devem levar em conta a aquisição de conhecimentos e capacidades para resolver problemas, assim como as dimensões sociais, culturais e éticas do desenvolvimento humano.

A formação dos educadores deve estar em consonância aos resultados pretendidos, permitindo que eles se beneficiem simultaneamente dos programas de capacitação em serviço e outros incentivos relacionados à obtenção desses resultados; currículo e avaliações devem refletir uma variedade de critérios, enquanto que os materiais, inclusive a rede física e as instalações, devem seguir a mesma orientação. Em alguns países, a estratégia deve incluir mecanismos para aperfeiçoar as condições de ensino e aprendizagem, de modo a reduzir o absenteísmo e ampliar o tempo de aprendizagem. Para satisfazer as necessidades educacionais de grupos que não participam da escolaridade formal, fazem-se necessárias estratégias apropriadas à educação não-formal. Estas incluem e transcendem os aspectos já mencionados, e podem ainda conceder especial atenção à necessidade de coordenação com outras formas de educação, o apoio de todos os parceiros envolvidos, os recursos financeiros permanentes e a plena participação da sociedade.

Serão necessárias inúmeras habilidades e especialidades para ^(pôr)em prática essas iniciativas. Tanto o pessoal de supervisão e administração quanto os planejadores, arquitetos de escolas, os formadores de educadores, especialistas em currículo, pesquisadores, analistas, etc., são igualmente importantes para qualquer estratégia de melhoria da educação básica. Não obstante, são muitos os países que não lhes proporcionam capacitação especializada, a fim de prepará-los para o exercício de suas funções; isto é especialmente correto quanto à alfabetização e outras atividades de educação básica que se desenvolvem fora da escola. Uma concepção mais ampla da educação básica será pré-requisito crucial para a efetiva coordenação de esforços entre esses muitos participantes. Programas de formação e de capacitação em serviço para o pessoal-chave devem ser iniciados ou reforçados onde já existirem. Tais programas podem ser particularmente úteis à introdução de reformas administrativas e técnicas inovadoras no campo da administração e da supervisão da escola.

3.2. Metodologias específicas

É importante que o professor esteja atento, e saiba utilizar metodologias que propiciem o desenvolvimento escolar de todos os alunos.

Os alunos com necessidades educacionais especiais, tanto quanto os outros alunos, necessitam de acesso a uma aprendizagem significativa, onde o professor assume o papel de mediador deste processo, permitindo a utilização de atividades que tenham significado e façam sentido na busca da interação social e do desenvolvimento das habilidades específicas de cada um, funcionando quase ao nível de pré-escola (Educação Infantil), enfatizando principalmente os trabalhos que desenvolvam a psicomotricidade e atividades diretivas. A justificativa encontrada para este tipo de metodologia é de que a maioria das crianças com necessidades educacionais especiais não passaram pela pré-escola.

A partir deste ponto, cada professor deverá ser responsável pelo levantamento das necessidades educativas especiais de cada um de seus alunos, assim como, das adaptações necessárias ao currículo, bem como, traçar os objetivos a serem alcançados, além da elaboração de seu planejamento, que deverá ser confeccionado de acordo com as séries que os alunos se encontram.

Neste longo caminho de adaptações no processo de ensino-aprendizagem, alguns dos alunos não irão atingir o ponto proposto (objetivo), assim como, muitos chegarão ao ponto de chegada de acordo com o seu tempo de aprendizagem.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais preconizam a atenção à diversidade da comunidade escolar e baseiam-se no pressuposto de que a realização de adaptações curriculares pode atender a necessidades particulares de aprendizagem dos alunos. Consideram que a atenção à diversidade deve se concretizar em medidas que levam em conta não só as capacidades intelectuais e os conhecimentos dos alunos, mas, também, seus interesses e motivações.

Nessa concepção, o currículo é construído a partir do projeto pedagógico da escola e viabiliza a sua operacionalização, orientando as atividades educativas, as formas de executá-las e definindo suas finalidades. Assim, pode ser visto como um guia sugerido sobre o que, quando e como ensinar; o que, como e quando avaliar.

Os PCN'S dão como exemplos de adaptações metodológicas e didáticas: situar o aluno nos grupos com os quais melhor possa trabalhar; adotar métodos e técnicas de ensino e aprendizagem específicas para o aluno, na operacionalização dos conteúdos curriculares, sem prejuízo para as atividades

docentes; utilizar técnicas, procedimentos e instrumentos de avaliação distintos da classe, quando necessário, sem alterar os objetivos da avaliação e seu conteúdo; propiciar apoio físico, visual, verbal e outros ao aluno impedido em suas capacidades, temporária ou permanentemente, de modo que permita a realização das atividades escolares e do processo avaliativo. Deve-se destacar metodologias específicas para algumas deficiências tais como: nos cegos, orientação e mobilidade e alfabeto em Braille, e recursos específicos para os paralisados cerebrais, entre outros. O apoio pode ser oferecido pelo professor regente, professor especializado ou pelos próprios colegas; introduzir atividades individuais complementares para o aluno alcançar os objetivos comuns aos demais colegas. Essas atividades podem realizar-se na própria sala de aula ou em atendimentos de apoio; introduzir atividades complementares específicas para o aluno, individualmente ou em grupo; eliminar atividades que não beneficiem o aluno ou lhe restrinja uma participação ativa e real ou, ainda, que esteja impossibilitado de executar; suprimir objetivos e conteúdos curriculares que não possam ser alcançados pelo aluno em razão de sua(s) deficiência(s); substituí-los por objetivos e conteúdos acessíveis, significativos e básicos, para o aluno.

4 – AS IMPLICAÇÕES AO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Como vimos até o momento o novo professor exigido pela LDBEN, é de suma importância no desenvolvimento das crianças especiais, na educação inclusiva, seja nas escolas regulares e às vezes nas especiais.

Sendo assim, questiona-se quais são as características necessárias ao profissional da Educação Inclusiva, o que o leva a se enveredar por esta área, e como estes aspectos podem servir para a seleção dos futuros professores.

Para se chegar ao desenvolvimento dos profissionais da Educação Inclusiva, devemos nos questionar: o que levou a escolher trabalhar até na adversidade com crianças especiais?

4. 1. O Especialista

O ingresso na área de Educação pode se dar por vários motivos, tais como: por curiosidade, por influência de outros profissionais, por ter parentes com algum tipo de deficiência na família, por remuneração adicional, ou também por terem uma formação acadêmica voltada para a área.

Mazzotta cita como uma das características para o candidato a professor, o interesse pela criança deficiente, porém sem que este esteja vinculado a sentimentos de identificação pessoal. Os candidatos deverão ter aptidões, talento, originalidade para elaboração e adaptação de materiais, iniciativa, prontidão, imaginação e coragem para enfrentar as adversidades que o ensino de crianças portadoras de deficiência trazem.

Com base na pesquisa efetuada por Müller e Glat, em entrevista com as professoras de Educação Especial, elas mesmas apontam características básicas ao profissional, e, em nenhum momento se prendem aos aspectos mais técnicos, e sim a atributos ligados a personalidade do professor, tais como, paciência e perseverança.

“Não há dúvida que amor, dedicação, paciência e flexibilidade são qualidades fundamentais para o exercício do magistério com crianças especiais”. (Muller, 1999, p.45). Porém para se chegar a este profissional, primeiramente se faz necessário verificar o nível de comprometimento do candidato, haja visto, que

a função mesmo foge ao ato de ministrar as aulas. Este profissional tem que ser conscientizado do papel importante que desenvolve com suas crianças, jamais se sentindo marginalizado pelo tipo de trabalho que desenvolve.

O treinamento de professores especiais necessita ser reconsiderado com a intenção de se lhes habilitar a trabalhar em ambientes diferentes e de assumir um papel-chave em programas de educação especial. Deverá se adotar uma abordagem que embarque todos os tipos de deficiências devendo ser desenvolvida como núcleo comum e anterior à especialização em uma ou mais áreas específicas de deficiência.

De acordo com a Declaração de Salamanca, Treinamento pré-profissional deveria fornecer a todos os estudantes de pedagogia de ensino primário ou secundário, orientação positiva frente à deficiência, desta forma desenvolvendo um entendimento daquilo que pode ser alcançado nas escolas através dos serviços de apoio disponíveis na localidade (formação generalista). O conhecimento e habilidades requeridas dizem respeito principalmente à boa prática de ensino e incluem a avaliação de necessidades especiais, adaptação do conteúdo curricular, utilização de tecnologia de assistência, individualização de procedimentos de ensino no sentido de abarcar uma variedade maior de habilidades, etc. Nas escolas práticas de treinamento de professores, atenção especial deveria ser dada à preparação de todos os professores para que exercitem sua autonomia e apliquem suas habilidades na adaptação do currículo e da instrução no sentido de atender as necessidades especiais dos alunos, bem como no sentido de colaborar com os especialistas e cooperar com os pais.

Sabe-se que a Educação Especial é uma área que exige do professor uma formação continuada, para tanto, o candidato ou o já então profissional, não pode deixar de vincular seu trabalho a sua aprendizagem, até porque, a cada momento, as crianças vão apresentando novos desafios, que fazem da relação professor - aluno, uma relação estimulante, levando este profissional a se manter sempre atualizado, através de cursos, palestras e até mesmo o convívio com outros profissionais, a fim de possibilitar a troca de experiências.

O fator experimentação é extremamente essencial, tanto para o aluno que será motivado pelas atividades desenvolvidas pelo professor, e pelas metas que este traça para as mesmas, quanto para o professor, que a cada desafio e experiências dão início a um novo ciclo de estudos e pesquisa.

Outro atributo condicionado a todo professor, seja de classe comum ou o de classe especial, é que, este não pode ser “só professor”, deve ser também pesquisador, procurando desenvolver novos métodos e técnicas que busquem a melhoria, não somente de sua prática pedagógica em particular, mas que este estudo sirva como estopim para uma reformulação da prática pedagógica dos outros professores.

Além de todas estas aptidões, ainda se exige deste professor, ser capaz de utilizar as ferramentas que lhe auxiliaram no exercício de suas atividades do dia a dia e no desenvolvimento das deficiências de cada aluno. Até porque, os profissionais, como médicos, fonoaudiólogas entre outros, serviram apenas como suporte no ambiente escolar.

Quem considera que ser profissional de educação é só planejar as aulas, se engana redondamente, ser professor é estar ciente de que será a ponte do aluno com o conhecimento, e que, de sua postura e prática docente, depende todo o processo ensino-aprendizagem e a relação destes alunos com o mundo, construindo conhecimento. O professor é a mola propulsora da geração de conhecimento pelos seus alunos, que serão estimulados não só ao ato de pensar, pois este é muito mais fácil, do que ensinar alguém a refletir.

Pode ser que ao ler este texto você se dará conta, que nada do que foi dito é novidade, e que estas palavras vêm se repetindo na escrita e no discurso de vários autores, porém, o que se propõem e estar sempre lembrando do que é necessário para se desenvolver um bom trabalho e fazer jus à posição privilegiada e até mesmo presunçosa, de ensinar e desenvolver cidadãos participativos, auxiliando tanto crianças comuns, como especiais a se integrar na sociedade.

Esses atributos foram relatados com o objetivo de se ter em mente, o que é necessário para se selecionar os candidatos a profissionais de Educação Especial.

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste estudo, podemos concluir que para se colocar em prática uma educação inclusiva, faz-se necessário um conjunto de reformulações que parte da instituição escolar e seu profissional até a busca de uma nova sociedade. Porém este projeto ainda é muito frágil, isto porque, é fundamentado em um novo enfoque da educação, que está disposto na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, através das Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica.

O fato de se ter um parecer próprio para a Educação Especial já é um grande avanço para que se construa uma instituição escolar inclusiva, porém, é necessário que estes argumentos saiam do papel e sejam colocados finalmente em prática para que se possa incluir definitivamente os alunos com necessidades educacionais especiais dentro das escolas regulares.

Esta prática não depende tão somente de Leis específicas a esta Educação, mas sim, de uma conscientização da política pública, para que se destine a Educação Inclusiva uma parte significativa dos recursos voltados à educação. Os governos e seus parceiros podem analisar a alocação e uso corrente dos recursos financeiros e outros para a educação e capacitação nos diferentes setores, a fim de determinar se apoio adicional à educação básica. Com esses recursos, poderá ser feita uma adaptação na estrutura física e metodológica das escolas para que estas sejam capazes de abrigar seus novos alunos, a fim de tornar sua vivência com as crianças comuns mais prazerosa. É necessário salientar que parte destes recursos deverão ser empregados em cursos de aprimoramento, capacitação e reciclagem dos professores, para que estes sejam capazes de assumir a nova postura que fora estipulada a ele. Tal postura será exigida para que se possa permitir aos alunos (especiais e comuns) o desenvolvimento de suas habilidades e áreas cognitivas como a capacidade de observação, análise, reflexão, raciocínio lógico, entre outros.

A qualidade e a oferta da educação básica podem ser melhoradas mediante a utilização cuidadosa das tecnologias educativas. Onde tais tecnologias não forem amplamente utilizadas, sua introdução exigirá a seleção e/ou desenvolvimento de tecnologias adequadas, aquisição de equipamento

necessário e sistemas operativos, a seleção e treinamento de professores e demais profissionais de educação aptos a trabalhar com eles.

Assim como pode ser visto no decorrer deste estudo, será de suma importância a participação de pais, alunos e comunidade a fim de possibilitar a inclusão e a socialização destas crianças. É necessário antes de tudo, fazer com que os pais aceitem o fato de seus filhos serem crianças com necessidades educacionais especiais e mais que tudo, se engajarem durante todo o processo ensino-aprendizagem que terá como ponto de partida o ambiente escolar e sua continuidade no ambiente familiar.

Deste novo conceito de educação, espera-se uma formação mais digna a estas crianças que, as possibilitem no futuro ingressar no mercado de trabalho como cidadãos e profissionais participativos, capazes de produzir e levar nossa sociedade a um status mais humano. A Educação Inclusiva tem em sua essência mais que a inclusão destes alunos, esta tem um papel social importante, o de livrar de nossa sociedade seu aspecto preconceituoso e segregador. Espera-se que este estudo contribua para estimular novas pesquisas vinculadas a Educação Especial e que estas sejam utilizadas para a melhoria constante do projeto de Educação Inclusiva.

Desejamos com isso, uma reformulação na grade curricular de nossas Universidades a fim que estas sejam capazes de tratar da Educação Especial de forma mais ampla do que as míseras sessenta horas dedicadas a esta disciplina, possibilitando assim que mais profissionais da educação se sintam interessados em fazer parte e de colocar em prática nosso projeto, que esperamos daqui alguns anos não ser mais projeto e sim realidade.

Por fim, percebemos neste novo século, que o mundo está carregado de esperanças e de possibilidades. Hoje, testemunhamos um autêntico progresso rumo a uma convivência pacífica e de uma maior cooperação entre as nações. Hoje, vemos emergir, a todo o momento, muitas e valiosas realizações científicas e culturais e hoje, o volume das informações disponível no mundo - grande parte importante para a sobrevivência e bem-estar das pessoas - é extremamente mais amplo do que há alguns anos, e continua crescendo num ritmo acelerado. Estes conhecimentos incluem informações sobre como melhorar a qualidade de vida ou como aprender a aprender.

Relembrando que a educação é um direito fundamental de todos, mulheres e homens, de todas as idades, no mundo inteiro. Entendendo que a educação pode contribuir para conquistar um mundo mais seguro, mais sadio, mais próspero e ambientalmente mais puro, e que, ao mesmo tempo, favoreça o progresso social, econômico e cultural, a tolerância e a cooperação internacional. Este é um dos mais importantes objetivos, em se adaptar a educação a inclusão.

6 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MAZZOTTA, Marcos J. S. Trabalho docente e formação de professores de educação especial. São Paulo, E.P.U., 1993.

MAZZOTTA, Marcos J. S. Educação especial no Brasil: História e Políticas públicas. São Paulo, Cortez Editora, 1999.

MULLER, Tânia Mara Pedroso e GLAT, Rosana. Questões atuais em educação especial: Uma professora muito especial. Rio de Janeiro, Sette Letras, 1999.

BRASIL. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: CORDE, 1994.

STAINBACK, Susan e Willian. Inclusão: Um guia para educadores. Porto Alegre, Artes Médicas Sul, 1999.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO, Multieducação: Núcleo Curricular Básico. Rio de Janeiro, 1999.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. Parâmetros curriculares nacionais: Adaptações Curriculares. Brasília, MEC/SEF/SEESP, 1998.

CARVALHO, Rosita Edler. Temas em educação especial. Rio de Janeiro, WVA, 1998.

RAMOS, Maria Alice M. A formação do professor para a educação inclusiva. Rio de Janeiro, UNIRIO, 2001.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores da educação básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília, 2001.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. Brasília, 2001.